

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.494 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2002

Protecionismo dos EUA é um equívoco, diz Ricardo Santos

Senador acredita que proteção a agricultores norte-americanos trará prejuízos ao Brasil.

PÁGINA 4

Senado vota MPs para evitar bloqueio da pauta

O presidente do Senado, Ramez Tebet, prevê para terça-feira o exame de três medidas provisórias recebidas da Câmara. Ele espera concluir o processo de votação no mesmo dia e assim evitar o bloqueio da pauta, mantendo o ritmo normal dos trabalhos do Plenário.

PÁGINA 3

Comissão aprova crédito para aviões do Sivam

Crédito suplementar de R\$ 360 milhões foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento.

PÁGINA 2



José Cruz

Servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos acompanharam a votação, pelos senadores, do projeto da Câmara que amplia o alcance da complementação de aposentadoria

Dia da Saúde Bucal será assinalado em todo o país

PÁGINA 3

Aposentado da ECT pode ter benefício

Plenário aprova projeto que estende a complementação de aposentadoria a todos os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Texto vai à sanção presidencial.

PÁGINA 3

Sartori destaca presença de alunos de Rondônia



Chico Sartori

Em nome da liderança do PSDB, Chico Sartori (RO) saudou a presença, no Plenário do Senado, da turma de formandos do curso de Direito da Faculdade de Ciências

Exatas, Humanas e de Letras de Rondônia. Segundo Sartori, os futuros advogados vieram a Brasília observar o funcionamento do Ministério Público, dos tribunais superiores e do Congresso Nacional. "É importante que os universitários tenham a oportunidade de ver, na prática, como funcionam essas instituições que representam baluartes da democracia brasileira", afirmou.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) também saudou os formandos, manifestando satisfação diante do fato de Rondônia, apesar de ser um estado tão jovem na Federação, já contar com várias instituições de ensino superior, além da universidade federal.

Aprovado pesar pela morte de deputado do Piauí



Freitas Neto

O Plenário aprovou ontem requerimento de Freitas Neto (PSDB-PI) solicitando voto de pesar do Senado pela morte do deputado estadual piauiense Elias Ximenes

do Prado Júnior, ocorrida na quarta-feira em São Paulo, onde era tratado de hepatite tipo C. O Senado enviará condolências à família e à Assembléia Legislativa do Piauí.

Freitas Neto lastimou a perda do político, que era líder do PDT na Assembléia Legislativa do Piauí e tinha apenas 49 anos.

— Eu lamento, pois ele tinha ainda um longo caminho político de sucesso a trilhar. Lastimo também porque nossas famílias tinham laços de amizade e nós também, mesmo sendo de partidos distintos, éramos amigos — declarou Freitas Neto.

Sebastião Rocha (PDT-AP) também manifestou pesar, em nome de seu partido.

Aprovado crédito de R\$ 360 milhões para equipar Sivam

Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia entrará em operação nos próximos meses e recursos serão utilizados para compra de aviões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem crédito suplementar de R\$ 360 milhões para o Ministério da Defesa, dinheiro a ser usado na compra de equipamentos e aviões do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). O Sivam deve entrar em operação nos próximos meses, com cerca de 75% do projeto implantado.

Conforme o relator da matéria, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o Sivam conta no Orçamento deste ano com uma verba de pouco mais de R\$ 55 milhões. Quando implantado, o Sivam terá condições de rastrear todo avião que entrar na região amazônica, com radares em áreas estratégicas ou a bordo dos aviões. Com



Gilberto Mestrinho foi relator da matéria na Comissão Mista de Orçamento

isso, o governo quer reduzir o contrabando de drogas e de armas e melhorar a defesa do território. O projeto também ajudará na preservação ambiental.

A CMO aprovou ainda recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e retirou da lista de obras com indícios de irregularidades o projeto de melhoramento

do Porto de Natal (RN) e a construção do Canal de Xingó, que levará água do Rio São Francisco a Poço Redondo (SE). As duas obras voltarão a receber verbas do Orçamento federal.

No caso do porto, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte havia usado parte do dinheiro para pagar dívidas trabalhistas, o que é proibido. Os recursos foram resarcidos à União e o diretor-presidente da empresa foi multado. Já no caso do Canal de Xingó, tratava-se de problema burocrático que dificultou a fiscalização do TCU.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que presidiu a reunião, alertou que termina na segunda-feira o prazo para apresentação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

Suplicy saúda ingresso de Saturnino no PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a decisão do senador Roberto Saturnino (RJ) de ingressar no Partido dos Trabalhadores. Para o líder do PT, com o ingresso de Saturnino, que foi eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e nos últimos meses não integrava nenhuma agremiação partidária, o partido incorpora aos seus quadros "um dos políticos brasileiros mais sérios e respeitados no país".

De acordo com Suplicy, o ingresso de Saturnino no PT demonstra que o senador pelo Rio de Janeiro tem certeza de que a melhor solução para o país será eleger Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Ele enalteceu as qualidades éticas, morais e profissionais do novo correligionário, observando que Saturnino é uma das maiores autoridades nas áreas econômica e de tecnologia. "O PT se sente honrado", garantiu.



Para Suplicy, Saturnino é político sério e respeitado

Maguito homenageia arcebispos de Goiânia

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou requerimento de voto de aplauso, lido ontem em Plenário, pela indicação de dom Washington Cruz ao cargo de arcebispo de Goiânia. Na mesma solicitação, Maguito estendeu os cumprimentos a dom Antônio Ribeiro de Oliveira pelo "excelente" trabalho realizado nos 16 anos em que esteve à frente do arcebispo.

— A saída de dom Antônio nos enche de saudade, mas a chegada de dom Washington Cruz nos dá a certeza de que a Arquidiocese de Goiânia continuará bem conduzida no papel religioso e social que tem a cumprir dentro do estado de Goiás — declarou.

Para Maguito, a homenagem reivindicada ao Senado faz justiça "a dois homens que, com trabalho e com exemplo de vida, nos ensinam os caminhos para a construção de uma nação mais feliz", destacou o senador.



Maguito destacou continuidade na Arquidiocese



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO
PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arguição em sessão secreta; PLS nº 105/02, dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos; PDL nº 443/01, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Pio IX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX (PI); entre outras matérias.
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arguição em sessão secreta; e PLS nº 106/02, dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra os costumes; entre outras.
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; entre outras.
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Servidores dos Correios terão aposentadoria complementar

O Plenário aprovou projeto de lei que estende a complementação de aposentadoria a todos os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que tenham sido integrados ou contratados até 31 de dezembro de 1976, independentemente do regime jurídico de sua admissão. A proposta seguirá para sanção presidencial.

Pela legislação em vigor, a complementação só é paga aos servidores integrados aos quadros da ECT até 1976 para compensar as perdas dos que eram integrantes do regime estatutário e foram aposentados pelo regime geral da previdência. O projeto beneficia todos os servidores celetistas admitidos até a mesma data.

Para o relator da proposta, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a iniciativa acabará com o tratamento desigual imposto a servidores que têm funções semelhantes. Ele apelou ao presidente



Sebastião Rocha: projeto acaba com tratamento desigual a funcionários

Fernando Henrique para que não veto o projeto sob o argumento de que matérias dessa natureza deveriam ser iniciativa exclusiva do Executivo.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), foi contra a aprovação. Ele apontou a necessidade de se cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a indicação de fontes permanentes para novas despesas igualmente permanentes. — De que adianta aprovar um projeto que poderá ser vetado? — questionou o líder do PSDB, Geraldo Melo (RN).

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lembrou que o Judiciário vem emitindo sentenças favoráveis aos servidores beneficiados pelo projeto. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a iniciativa sobre o tema não é mais necessariamente do Executivo. Sérgio Machado (PMDB-CE) afirmou que a aprovação do projeto era necessária.

Dia da Saúde Bucal deve ser comemorado em 25 de outubro

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto de lei que institui o Dia Nacional da Saúde Bucal, a ser comemorado anualmente em 25 de outubro. A proposta segue agora para sanção do presidente da República. Segundo o relator da matéria na Comissão de Educação, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o projeto pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

— A saúde bucal precária, afetada por afecções que incluem as periodontites, é porta de entrada para diversas patologias sistêmicas, a exemplo da febre reumática e doenças renais crônicas — afirmou Althoff, que é médico.

O Plenário realizou ainda a segunda sessão de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que fixa limites para gastos com publicidade de obras realizadas pelo governo. A PEC estende a proibição de identificação pessoal na publicidade a todos os órgãos e entidades da administração pública de qualquer esfera político-administrativa.

Também transcorreu ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que proíbe a reeleição de dirigentes desportivos por mais de um período consecutivo. A proposta fixa em três anos o prazo máximo dos mandatos, permitida uma recondução por igual período.

MISSÃO DIPLOMÁTICA

A PEC determinando que os nomes escolhidos para a chefia temporária de missões diplomáticas sejam submetidos ao Senado teve o seu primeiro dia de discussão. A proposta atinge principalmente os representantes do governo que negociam acordos internacionais de criação de blocos econômicos, dando a essas autoridades o mesmo tratamento dispensado hoje aos chefes de missões diplomáticas de caráter permanente, como embaixadores do Brasil em outros países.

Para o autor da PEC, senador Osmar Dias (PDT-PR), o Congresso não pode estar alheio aos trâmites dessas negociações, que trazem importantes repercussões para toda a população.

Tebet anuncia votação de MPs na terça-feira

Presidente do Senado espera concluir exame de medidas provisórias para não atrasar pauta de deliberações da Casa

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou para a sessão deliberativa da próxima terça-feira a votação de três medidas provisórias recebidas da Câmara que, por exigência regimental, têm de ser votadas antes das demais matérias prontas para deliberação na Casa. As MPs foram lidas na sessão plenária de ontem, devendo ser publicadas no *Diário do Senado* de hoje.

A primeira MP abre crédito extraordinário de cerca de R\$ 210 milhões em favor da Presidência



Ramez Tebet lembra que MPs suspendem a pauta de votações

da República e dos ministérios de Minas e Energia, de Esporte e Turismo e da Integração Nacional. A segunda dispõe sobre a responsabilidade da União perante terceiros, por danos causados por atos de guerra contra aeronaves brasileiras. A terceira MP abre crédito em favor dos ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional no valor global de R\$ 805 milhões.

Tebet explicou que as medidas

provisórias dispõem de prazo regimental de 60 dias para votação no Congresso Nacional e, depois de 45 dias, trancam a pauta de votações tanto da Câmara quanto do Senado. As três MPs citadas já esgotaram seu prazo de tramitação, respectivamente nos dias 18 e 19 de abril e 5 de maio. Portanto, depois de aprovadas na Câmara e lidas no Senado, passam a sobrestar a pauta da Casa até que sejam objeto de deliberação.

— Espero ser possível concluir essas votações na próxima terça-feira para não causar atrasos na pauta de deliberações do Senado, onde há matérias de grande relevância a serem examinadas.

Reparação econômica a anistiados em pauta

Foi instalada na manhã de ontem a comissão mista que analisará a Medida Provisória (MP) nº 2.151-3, de agosto do ano passado, que trata do anistiado político e do seu direito a reparação econômica de caráter indenizatório. Foi escolhido para presidir a comissão o deputado Cláudio Cajado (PFL-BA). O vice-presidente é o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e o relator, o senador Renan Calheiros

(PMDB-AL).

A MP considera anistiados políticos, entre outros, aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram atingidos por ato de exceção, institucional ou complementar; punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais; ou punidos com perda de comissões já incorpora-

das ao contrato de trabalho.

A reparação econômica de que trata a MP será paga pelo Tesouro Nacional em prestação única ou mensal e concedida mediante portaria do Ministério da Justiça. Não terão direito os anistiados políticos, civis ou militares que foram readmitidos ou reintegrados aos quadros funcionais. No caso de falecimento do anistiado, a reparação econômica será transferida aos seus dependentes.

Moreira aponta prejuízos com MP do Código Florestal

Seis anos após sua primeira edição, a Medida Provisória nº 2.166, que introduz alterações no Código Florestal e no Imposto Territorial Rural (ITR), continua despertando a indignação do senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ontem, o senador



Moreira quer ouvir ministro do Meio Ambiente sobre MP

pefelista declarou que não irá votar qualquer matéria de interesse do governo federal enquanto essa MP não for colocada em votação no Congresso. Também apresentou requerimento convidando o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, a falar sobre os "prejuízos" causados pela medida ao setor agrícola do país.

A principal queixa de Moreira Mendes contra a MP refere-se à determinação de se elevar de 50% para 80% a zona de preservação ambiental em terras privadas, chamada de "área de reserva legal".

Segundo o senador, os reflexos das restrições impostas pela medida já são observados na atividade econômica da região amazônica. "Cerca de R\$ 100 milhões em recursos para crédito rural do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) deixaram de ser aplicados entre 2001 e 2002", informou. Quase 10 mil agricultores também estariam sem crédito para investimento, porque o Banco da Amazônia

S.A. (Basa), agente financeiro do FNO, estaria condicionando a assinatura de contratos à comprovação da averbação de 80% da propriedade como área de reserva legal.

Em apartes, os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Amir Lando (PMDB-RO) e Chico Sartori (PSDB-RO) apoiaram os protestos de Moreira Mendes contra a MP.

REQUERIMENTOS

Após a ordem do dia, foi aprovado requerimento do senador Moreira Mendes solicitando a dispensa do interstício regimental para colocar na pauta de votações do Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui os policiais militares de Rondônia no quadro de pessoal da União. Os senadores também aprovaram a realização de sessão em homenagem aos 60 anos da Companhia Vale do Rio Doce, a realizar-se em 4 de junho. A proposta foi feita pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA).

Santos critica a nova lei agrícola norte-americana

Senador afirma que ato é protecionista e trará prejuízos à agricultura brasileira, além de significar um recuo nas negociações da OMC

Ao criticar ontem, em discurso no Plenário, a recente decisão do Senado norte-americano de implementar uma nova lei agrícola para aquele país com previsão de subsídios ao setor de cerca de US\$ 190 bilhões para os próximos dez anos, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou que a decisão significará um recuo nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

— Essa lei, que estabelece uma generosa rede de proteção aos agricultores americanos, é um equívoco e vai suscitar novos e calorosos debates porque, a exemplo de outras medidas comerciais restritivas, como a que estabeleceu uma sobretaxa sobre as importações americanas de aço, torna-se cada vez mais claro o recrudescimento do protecionismo no comércio internacional — observou.

Para o senador, a nova lei agrícola norte-americana americana



Ricardo Santos sugeriu que o Brasil adote medidas semelhantes na área do comércio exterior

terá repercussões significativas sobre a agricultura brasileira, principalmente se somadas a outras medidas de proteção já existentes, como as barreiras tarifárias, ambientais e sanitárias.

Frente a esse quadro, Ricardo Santos sugeriu que as autoridades brasileiras responsáveis pela área de comércio exterior adotem, em defesa da agricultura nacional, posições e instrumentos similares aos

que os países desenvolvidos vêm utilizando. Ele disse que alguns organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, já advertiram que o protecionismo dos países mais ricos é um dos principais impedimentos para o progresso dos países emergentes.

— O travamento do comércio internacional, com as medidas protecionistas, retira dos países emergentes e dos mais pobres a grande vantagem que poderia derivar do processo genericamente chamado “globalização” — analisou o senador, acrescentando que o movimento protecionista em escala mundial conduz, a médio prazo, a problemas de difícil solução nas relações entre os países.

Apoiando o pronunciamento de Ricardo Santos, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou, em aparte, que vai repensar suas posições em relação aos Estados Unidos.

Cândido cobra informações sobre a usina de Itacoara

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, solicitando detalhes sobre a construção da usina hidrelétrica de Itacoara, no estado do Rio de Janeiro.

Geraldo Cândido manifestou-se, na justificativa do requerimento, preocupado com a inten-

ção do governo federal de construir a usina, já que, segundo informou, a localização prevista para o empreendimento é de alta densidade populacional, o que demandaria estudos técnicos mais aprofundados e até mesmo a adoção de outras fontes de geração de energia para o atendimento da população.

Entre os motivos que não re-



Geraldo Cândido: obra exige estudos mais aprofundados

comendam a construção da usina, o senador destacou o fato de a capacidade de geração de energia prevista para a hidrelétrica ser de 195 megawatts, o que muito pouco acrescentaria à matriz energética do estado.

Rocha quer ponte entre Amapá e Guiana Francesa

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem, em Plenário, que os entendimentos para viabilizar a construção de ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana Francesa, estão em estágio avançado. Ele registrou a realização de reunião entre a bancada do Amapá no Senado, que é coordenada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), e representantes da Guiana Francesa, que tratou da ligação rodoviária entre os territórios e do au-

mento da cooperação na área de fronteira.

— A ponte representa, na prática, a união, a ligação definitiva entre o Mercosul e a União Europeia. Além de trazer novas oportunidades de emprego e desenvolvimento para a região, a ponte vai facilitar a realização de negócios, com a consolidação de entendimentos já feitos nos campos da cultura, ciência e saúde — destacou Rocha, explicando que a Guiana Francesa é um Departamento de Ultramar da França.

O senador elogiou a decisão dos governos do Brasil e da França de efetivarem a construção da ponte. Para dar continuidade ao processo, ele pediu o apoio dos senadores para a aprovação de projeto de decreto legislativo, em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprova os termos do acordo firmado entre os dois países para investimentos conjuntos na obra.

Emilia pede negociação entre governo e produtores do Sul

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) chamou a atenção dos governos estaduais e federal para os graves problemas enfrentados pelos agricultores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, em decorrência da forte estiagem (de



Emilia Fernandes alertou para problemas provocados pela estiagem

mais de 180 dias) que afetou a Região Sul no verão deste ano. Ela também fez um apelo para que o presidente Fernando Henrique Cardoso abra um canal de negociação a fim de conhecer a pauta de reivindicações dos agricultores.

CONFLITOS

Emilia Fernandes citou os recentes conflitos entre os produtores e a polícia, dos quais resultou a prisão de vários agricultores que protestavam contra a situação com o fechamento de pontes e estradas locais. Ela se mostrou apreensiva com o fato de, além dos produtores, os familiares estarem desesperados com a tensão dos conflitos e com a falta de apoio das autoridades. Na sua opinião, a situação demonstra o abandono dos pequenos agricultores e a omissão do

governo, “que não oferece uma política para o setor”.

A senadora informou que são 6,7 milhões de pequenos e médios produtores rurais responsáveis pela maior parte da produção agropecuária do Sul. Ela contou que esses produtores repre-

sentam 30,2% da população da região e que 80% dos municípios sulistas têm na agricultura e na pecuária a principal atividade econômica.

— Que país é este em que os sem-terra pedem um pedaço de terra e os agricultores ficam jogados à própria sorte, quando poderiam estar produzindo alimentos para toda a população brasileira? — indagou Emilia.

A senadora afirmou que esse tipo de situação serve para confirmar a posição de seu partido contra a entrada do Brasil no acordo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ela observou que, recentemente, os Estados Unidos da América aprovaram verbas de incentivo aos agricultores, a título de subsídio, da ordem de US\$ 190 bilhões.

Osmar destaca programa de moradia da cidade de Cascavel

A entrega de 500 casas a famílias de baixa renda no município paranaense de Cascavel foi aplaudida ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele informou que as residências, cada uma medindo 40 metros quadrados, foram construídas com recursos próprios da prefeitura, ao preço de R\$ 5 mil a unidade.

— Este é um exemplo que deve ser seguido não somente pelas demais prefeituras do estado do Paraná, mas por todos os municípios brasileiros. Quer dizer: com poucos recursos, é possível dar a milhões de famílias carentes uma moradia digna — observou Osmar Dias, para quem a construção de casas populares a baixo custo deve ser prio-



Segundo Osmar Dias, cada unidade, com 40 metros quadrados, custou R\$ 5 mil

riedade nacional, porque também promovem a geração de emprego e renda.

Segundo Osmar Dias, a repercussão da entrega das casas populares pela prefeitura de Cascavel foi tanta que o apresentador Ratinho, da Rede SBT, compareceu ao evento, para gravar um programa que será levado ao ar nos próximos dias.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti